

A Caixa Geral de Depósitos ou é pública, ou não é nacional.



O PCP diz não à privatização da Caixa Geral de Depósitos, no todo ou em parte da sua actividade.

O PCP rejeita a manobra que o PSD, com o apoio do CDS, pôs em andamento com vista à deterioração da imagem da empresa e à sua fragilização económica e financeira.

É neste âmbito que se insere a operação do PSD em torno da criação da Comissão de Inquérito à Caixa Geral de Depósitos. O que o PSD pretende é mover uma campanha de desestabilização e desacreditação do banco público, favorecendo os seus concorrentes privados e abrindo caminho para a sua privatização total ou parcial.

Dizem, PSD e CDS, que é necessário investigar o que se passou na CGD que justifique as necessidades de recapitalização do banco.

PSD e CDS sabem muito bem o que se passou!

Desde 1976, dos 13 conselhos de administração da CGD, 10 foram presididos por personalidades ligadas ao PSD e três ao PS.

Desde 1980 as nomeações foram alargadas a outros membros do conselho de administração e a muitos directores do banco, alguns deles com responsabilidades políticas igualmente no CDS, como neste último conselho de administração que integrava dois membros da comissão política desse partido.

O que PSD e CDS não dizem ao povo português, é que as eleições de 4 de Outubro que ditaram a derrota do seu governo e o afastamento destes dois partidos da governação do País, interromperam uma estratégia que vinha sendo concretizada de privatização da CGD.

Já em 2012, António Borges, conselheiro de Passos Coelho, admitiu a privatização da CGD. O argumento avançado foi que o Estado precisava de vender a CGD para realizar capital e poder abater na dívida pública. Mas o verdadeiro objectivo era retirar o Estado de mais um sector da economia, entregando os lucros e negócios da Caixa ao grande capital.

Apesar da actividade do banco público ter passado, por decisão de vários governos, a confundir-se em muitos aspectos com a gestão da banca privada,

a CGD deu um importante contributo para as receitas nacionais, ainda que aquém das suas potencialidades.

Entre 1999 e 2015, a CGD entregou ao Estado a título de dividendos 2.556,8 milhões de euros e pagou de impostos ao Estado, 1.474,8 milhões.



Os mesmos que recapitalizaram a banca privada com dinheiro do Estado, não querem agora que o Estado recapitalize a CGD.

Enquanto o Banco Público entregou dividendos ao Estado, a banca privada, neste mesmo período, distribuiu 6.433,4 milhões de euros de dividendos pelos seus accionistas, mesmo quando a situação dos bancos aconselhava prudência, com o reforço das provisões para as elevadas «imparidades».

Não o fizeram e foi o Estado que, entre 2008 e 2014, gastou com a banca privada mais de 19 mil milhões de euros.

O PCP não só defende a recapitalização do Banco Público pelo seu único accionista, o Estado, como considera um imperativo nacional o reforço e desenvolvimento da Caixa Geral de Depósitos ao serviço do povo e do País, uma necessidade estratégica que não pode nem deve ser alienada.

A recapitalização da CGD, nos montantes adequados, e uma estruturação que permita o seu crescimento e não a redução da sua actividade, são indispensáveis à criação de condições para que o Banco Público possa exercer na plenitude o seu papel.

A CGD deve ser um instrumento insubstituível numa política de crédito, captação de poupanças e financiamento da economia, numa política soberana de desenvolvimento económico e social do País.

Defender direitos e postos de trabalho

A solução não passa por reduzir o número de trabalhadores e agências e a actividade do banco, entregando uma parte da taxa de actividade da CGD à banca privada.

Já entre 2010 e 2015, a CGD passou de 10.785 trabalhadores, para 8.410. Ou seja, reduziu 2.375 trabalhadores e fechou mais de 100 agências, só em Portugal.

Os trabalhadores da CGD não têm qualquer responsabilidade nas decisões políticas e nos actos de gestão de sucessivos governos e administrações.

O PCP luta com os trabalhadores da CGD na defesa dos direitos e postos de trabalho.

A Caixa Geral de Depósitos é fundamental para apoiar o desenvolvimento económico e social do País

Um país em que o seu sistema financeiro está nas mãos do grande capital é um país dependente. É uma evidência que o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia tudo fazem no sentido de forçar as privatizações e a formação de super bancos que dominarão na União Europeia.

Para o PCP não basta um banco ser público para estar ao serviço do desenvolvimento económico e social do País. É preciso que o Estado defina as orientações estratégicas que o banco deve prosseguir, no quadro de uma política de desenvolvimento do país e de afirmação da soberania nacional.

É preciso escolher para a Administração da Caixa quadros com capacidade e experiência de gestão, mas identificados com a defesa do interesse público e cujos salários não sejam um escândalo para o País.



O PCP reafirma ser a banca pública a única possibilidade de garantir o interesse público e nacional, de evitar orientações gravosas determinadas pelos capital financeiro transnacional, de limitar as distorções da concorrência pela grande concentração bancária privada, de recuperar uma alavanca imprescindível para o desenvolvimento soberano do País.

Dá mais força ao PCP!

Para aderir ou saber mais sobre o PCP, preenche os seguintes dados. Contactar-te-emos em breve.

NOME _____

LOCAL DE TRABALHO _____

TELEFONE _____

E-MAIL _____

Recorta e envia para:
R. Soeiro Pereira Gomes, 3,
1600-196 Lisboa
ou pcp@pcp.pt

